



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 34, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 1235, de 2019, da Senadora Mara Gabrilli, que Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir as empresas com 50 (cinquenta) até 99 (noventa e nove) empregados na relação de empresas que estão obrigadas a preencher seus cargos com pessoas com deficiência e com beneficiários reabilitados da Previdência Social, nos termos que especifica.

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

RELATOR: Senador Styvenson Valentim

25 de Abril de 2019



PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 1.235, de 2019, que altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir as empresas com 50 (cinquenta) até 99 (noventa e nove) empregados na relação de empresas que estão obrigadas a preencher seus cargos com pessoas com deficiência e com beneficiários reabilitados da Previdência Social, nos termos que específica.

RELATOR: Senador **STYVENSON VALENTIM**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 1.235, de 2019, de autoria da Senadora Mara Gabrilli. A iniciativa altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, para incluir as empresas que tenham de 50 a 99 empregados na relação daquelas que estão obrigadas a preencher seus cargos com pessoas com deficiência ou com beneficiários reabilitados da Previdência Social.

O PLS, em seu art. 1º, propõe-se a alterar o art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991, o qual versa sobre cotas para pessoas com deficiência e para reabilitados em empresas. As modificações propostas determinam que empresas que tenham de 50 a 99 funcionários deverão empregar ao menos um empregado com deficiência ou reabilitado, ficando sujeitas a fiscalização no prazo de três anos.

O art. 2º da proposição, por fim, determina entrada em vigor da futura lei na data de sua publicação.

Em sua justificação, a autora observa que o projeto traz proposta anteriormente vetada pela presidência da República por ocasião da sanção da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diz, ademais, que são maiores o número e a distribuição de empresas com menos de 100 empregados em todo o território nacional. Ainda observa que, com a Lei da Terceirização, faz-se necessário mitigar sua consequente redução no número de postos de trabalho reservados às pessoas com deficiência.

A matéria foi distribuída à CDH e, na sequência, seguirá para a Comissão de Assuntos Sociais, cabendo a esta a decisão terminativa.

Não foram recebidas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proteção e integração social das pessoas com deficiência. Portanto, é regimental o exame por esta Comissão do PL nº 1.235, de 2019.

A proposição encontra-se, ainda, amparada pelo inciso XIV do art. 24 da Constituição Federal, que atribui à União competência legislativa concorrente para legislar sobre aquele mesmo tema: proteção e integração social das pessoas com deficiência.

Vemos com muitos bons olhos a proposição em tela. Afinal, ela intenciona dar mais dignidade à pessoa com deficiência. Se a dignidade e uma autoimagem positiva são fatos intimamente atrelados à atividade laboral do ser humano, nada mais natural que à pessoa com deficiência seja assegurado seu direito ao trabalho.

E tão relevante é o PL ora analisado que, sabiamente, pouco altera a lei já em vigor. Em essência, o que faz é acrescentar a determinação de que deverão contratar ao menos uma pessoa com deficiência ou reabilitada aquelas empresas que tenham de 50 a 99 empregados. Nada mais justo, razoável e salutar.

Em um País que conta com milhões de pessoas que declaram ter deficiência, é chegada, sim, a hora de respeitar o direito à diferença e de permitir que todos tenham acesso ao emprego e à dignidade.

Somos da opinião, contudo, que o PL em apreço merece receber algumas brevíssimas emendas a fim de apurar-lhe a técnica legislativa. Além de uma tênue correção de português em sua ementa, temos a sugerir a necessária incorporação do termo “habilitadas” ao *caput* do art. 93, aplicável às pessoas com deficiência e que sempre se fez presente na Lei nº 8.213, de 1991. Veja-se que a não menção explícita à garantia de cotas para pessoas com deficiência, desde que habilitadas, em vez de fortalecer a luta dessas pessoas, só enfraquecerá sua causa e fortalecerá o argumento errôneo daqueles que dizem ser a pessoa com deficiência incapaz de trabalhar.

Ademais, proporemos a incorporação do § 4º ao corpo do PL, e não à parte dispositiva da Lei nº 8.213, de 1991, a fim de torná-lo mais adequado em matéria de técnica legislativa. Observe-se, ademais, que sequer se pode reaproveitar a notação do § 4º do art. 93 daquela Lei, pois ele já foi usado pela Lei nº 13.146, de 2015. Como se sabe, a Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a alteração das leis, veda o reaproveitamento de notação legal de dispositivo já antes usada.

Por fim, estabelecemos o prazo de um ano para a entrada em vigor da determinação de contratar ao menos uma pessoa com deficiência ou reabilitada nas empresas que tenham de 50 a 99 empregados. Em nossa percepção, esse novo período de tempo é suficiente para a adaptação das empresas, sendo mais adequado do que o prazo de três anos estabelecido no PL.

III – VOTO

Diante do exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1.235, de 2019, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CDH (De Redação)

Suprima-se, na ementa do Projeto de Lei nº 1.235, de 2019, o acento agudo do termo “específica”.

EMENDA Nº 2 – CDH

Dê-se ao *caput* do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, alterado na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 1.235, de 2019, a seguinte redação:

“Art. 93 As empresas com 50 (cinquenta) ou mais empregados são obrigadas a preencher seus cargos com pessoas com deficiência habilitadas e com beneficiários reabilitados da Previdência Social, na seguinte proporção:”

EMENDA Nº 3 – CDH

Inclua-se, no Projeto de Lei nº 1.235, de 2019, o seguinte art. 2º, renumerando-se seu atual art. 2º como art. 3º e suprimindo-se o atual § 4º do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, alterado na forma de seu art. 1º:

“Art. 2º O inciso I do *caput* do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, entra em vigor após decorrido 1 (um) ano da publicação oficial desta Lei.”

EMENDA Nº 4 – CDH (De Redação)

Suprima-se, no atual art. 2º do Projeto de Lei nº 1.235, de 2019, renumerado como art. 3º, o sinal gráfico correspondente ao ponto, presente após o símbolo indicativo de numeral ordinal.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



Relatório de Registro de Presença
CDH, 25/04/2019 às 09h - 26ª, Extraordinária
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
TITULARES	SUPLENTES
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS
MARCELO CASTRO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
MAILZA GOMES PRESENTE	4. VAGO
VAGO	5. VAGO

Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PSL, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO GIRÃO PRESENTE	1. SORAYA THRONICKE PRESENTE
STYVENSON VALENTIM PRESENTE	2. ROMÁRIO PRESENTE
LASIER MARTINS PRESENTE	3. ROSE DE FREITAS
JUÍZA SELMA PRESENTE	4. MARA GABRILLI

Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
TITULARES	SUPLENTES
FLÁVIO ARNS PRESENTE	1. ALESSANDRO VIEIRA
ACIR GURGACZ PRESENTE	2. VAGO
LEILA BARROS PRESENTE	3. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTES
PAULO PAIM PRESENTE	1. PAULO ROCHA
TELMÁRIO MOTA	2. ZENAIDE MAIA PRESENTE

PSD	
TITULARES	SUPLENTES
AROLDE DE OLIVEIRA	1. SÉRGIO PETECÃO
NELSINHO TRAD	2. LUCAS BARRETO PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (PSC, PR, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
MARCOS ROGÉRIO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

Não Membros Presentes

IZALCI LUCAS
JORGE KAJURU
JAYME CAMPOS
WELLINGTON FAGUNDES

DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 1235/2019)

NA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR STYVENSON VALENTIM, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL AO PROJETO, COM AS EMENDAS NºS 1, 2, 3 E 4-CDH.

25 de Abril de 2019

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação
Participativa